

Relatório da administração (Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração: A administração da Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório do auditor independente.

2. A Companhia

Denominação social	Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A.
Natureza jurídica	Sociedade anônima fechada
Data de constituição	18 de junho de 2010
Sede	Rio de Janeiro
Objeto social	Implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica
Empreendimento	Linha de transmissão Miranda – Linha de transmissão Encruzo Novo, CS, em 230 kV Subestação
Características técnicas	Tensão de (i) 230 kV, circuito simples; (ii) 230 kV
Extensão aproximada	240 Km

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. (Cielo).

3. Principais acontecimentos no exercício**(a) Receita Anual Permitida (RAP)**

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	15 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	21.607	20.516

Observa-se um aumento aproximado de 5,3%, decorrente do reajuste do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

	Reforço	Reforço substituição de relés
Ato autorizativo	Despacho nº 4.036	
Data	17 de dezembro de 2021	
RAP prevista atualizada	273	
Prazo previsto para entrada em operação comercial	30 meses	
Obra	Substituição da proteção e controle diferencial de barras da cadeia principal - SE Miranda II	
Data de entrada em operação Comercial	28 de setembro de 2025	
Custo estimado	1.894	

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa		503	506
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	1.617	2.506
Concessionárias e permissionárias	9	2.137	2.150
Ativo de contrato	10	13.105	12.415
Outros impostos e contribuições a recuperar		112	101
Outros ativos		902	819
Total do ativo circulante		18.376	18.497
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	1.282	1.603
Ativo de contrato	10	122.823	122.305
Total do realizável a longo prazo		124.105	123.908
Imobilizado		1.045	1.048
Total do imobilizado		1.045	1.048
Total do ativo não circulante		125.150	124.956
Total do ativo		143.526	143.453

Demonstrações do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	2025	2024	
Lucro líquido do exercício	11.789	9.419	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total do exercício	11.789	9.419	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)						
Nota	Capital Social	Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2023		33.000	4.375	21.854	13.739	72.967
Pagamento de dividendos	21 (d)	-	-	-	(5.305)	(5.305)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.419	9.419
Reserva legal	16 (b)	-	471	-	(471)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	(4.474)	(4.474)
Dividendos adicionais propostos	16 (d)	-	-	4.474	(4.474)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		33.000	4.846	21.854	12.908	72.608
Pagamento de dividendos	21 (d)	-	-	-	(4.474)	(4.474)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.789	11.789
Reserva legal	16 (b)	-	589	-	(589)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	(5.600)	(5.600)
Dividendos adicionais propostos	16 (d)	-	-	5.600	(5.600)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		33.000	5.435	21.854	14.034	74.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Encruzo Novo Transmissão de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 18 de junho de 2010 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 14.985 e R\$ 12.534 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, devido à constituição dos dividendos a pagar para sua controladora. No entendimento da Administração, a geração de caixa da Companhia não é afetada e é suficiente para quitar suas obrigações de curto prazo, pois no que diz respeito ao pagamento desta obrigação, os acionistas podem utilizar esse recurso como aporte de capital. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. (Cielo).

1.1 Contrato de concessão

Contrato de concessão	017/2010
Objeto do contrato	Construção, operação e manutenção das instalações de transmissão
Estado atendido	Maranhão
Empreendimento principal	Linha de transmissão Miranda - Encruzo Novo, CS, em 230 kV Subestação.
Características técnicas da LT	Tensão de (i) 230 kV, circuito simples; (ii) 230 kV, circuito duplo; (iii) 13,8 kV e (iv) 13,8 kV
Extensão aproximada	240 Km
Instalações	linhas de transmissão 230 kV, circuito simples, Subestação Miranda, Subestação Encruzo Novo em 230/69 kV, 1x100 MVA; (ii) entradas de linha, interligação de barras, reator de linha, transformador de aterramento, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
Data de assinatura	13 de dezembro de 2010
Prazo de vigência	30 anos
Data de vencimento	13 de dezembro de 2040
Início da operação comercial	Julho de 2012

1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	15 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	21.607	20.516

O aumento aproximado de 5,3% é decorrente do reajuste positivo do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). **1.3 Revisão Tarifária Periódica** - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, considerando o seguinte cronograma.

	1ª revisão	2ª revisão	3ª revisão	4ª revisão	5ª revisão
Cronograma RTP (ciclo tarifário)	2016-2017	2021-2022	2026-2027	2031-2032	2036-2037

1.4 Reforço

	Reforço substituição de relés
Ato autorizativo	Despacho nº 4.036
Data	17 de dezembro de 2021
RAP prevista atualizada	273
Prazo previsto para entrada em operação comercial	30 meses
Obra	Substituição da proteção e controle diferencial de barras da cadeia
Data de entrada em operação Comercial	28 de setembro de 2025
Custo estimado	1.894

2 Base de preparação: Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 20 de fevereiro de 2026. Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

(c) Pagamento de dividendos para a acionista

Cielo	2025
	8.948
	8.948

(d) Disponibilidade da linha de transmissão: A disponibilidade da linha de transmissão no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 99,99%.

(e) Pagamento de principal e juros do financiamento

	Principal	Juros
Financiamento	4.186	579
	4.186	579

(f) Auditores independentes - A KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 161. No referido exercício não foram prestados serviços além de auditoria e assecuração limitada para covenants. A contratação dos auditores independentes é de competência da acionista, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria** - A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social. **(b) Conselho Fiscal** - O Conselho Fiscal não é permanente e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

José Maurício Scovino de Souza Diretor Técnico
Marcus Hansen Balata Diretor Financeiro

Demonstrações do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	17	21.425	22.325
Custo de construção	18 (a)	(356)	(1.657)
Custos operacionais	18 (b)	(6.209)	(7.960)
Lucro bruto		14.860	12.708
Despesas gerais e administrativas	18 (c)	(673)	(480)
Provisão para perda de crédito esperada	9	(123)	(109)
Outros		(99)	(35)
Despesas operacionais		(895)	(624)
Resultado antes do resultado financeiro		13.965	12.084
Receitas financeiras		710	570
Despesas financeiras		(822)	(1.134)
Resultado financeiro	19	(112)	(564)
Resultado antes dos impostos		13.853	11.520
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.932)	(1.745)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(132)	(356)
Imposto de renda e contribuição social	20	(2.064)	(2.101)
Lucro líquido do exercício		11.789	9.419

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		11.789	9.419
Lucro líquido do exercício		11.789	9.419
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	132	356
- Imposto de renda e contribuição social correntes		1.932	1.745
- Provisão para perda de crédito esperada		123	109
- Pis e Cofins diferidos		44	119
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(708)	(569)
- Juros e correção monetária sobre financiamento	11	736	985
- Depreciação		3	2
- Ativo de contrato - construção		(274)	(1.911)
- Ativo de contrato - remuneração	10	(13.349)	(13.231)
Variações em:		428	(2.976)
- Concessionárias e permissionárias		(110)	(84)
- Ativo de contrato	10	12.415	11.869
- Outros impostos e contribuições a recuperar		(11)	(101)
- Outros ativos		(83)	423
- Fornecedores		(54)	394
- Salários a pagar		44	31
- Imposto de renda e contribuição social a recolher		(157)	(94)
- Outros impostos e contribuições a recolher		195	279
- Encargos setoriais		(199)	5
- Outros passivos		7	(43)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		12.475	9.703
Impostos pagos sobre receita tributável		(683)	(791)
Financiamentos - pagamento de juros	11	(579)	(912)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		11.213	8.000
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(15.051)	(12.990)
Títulos e valores mobiliários - aplicações		16.969	14.367
Títulos e valores mobiliários - resgates		-	-
Caixa proveniente das atividades de investimento		1.918	1.377
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(8.948)	(5.305)
Pagamento de dividendos	21 (d)	(8.948)	(5.305)
Financiamento - pagamento de principal	11	(4.186)	(4.118)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		(13.134)	(9.423)
Redução líquido em caixa e equivalentes de caixa		(3)	(46)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		506	552
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		503	506

Nota	Estimativas e julgamentos
6	Critério de apuração e remuneração do ativo de contrato
15	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios
21	Análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Políticas contábeis materiais:** Uma nova norma contábil foi efetiva para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou a nova norma contábil (listada abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras, visto que não é aplicável.

Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

Prática	Nota explicativa	Descrição
Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante	9	Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento.
Receitas e despesas financeiras	18	A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou reconhecimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. (a) Classificação e mensuração - Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos. Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: (i) Custo amortizado - Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (ii) VJR - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. (b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros - Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.
Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração	12	





ENCRUZO NOVO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 12.285.462/0001-81

Prática	Nota explicativa	Descrição
Ativo de contrato	11	Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam a ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção - Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que ocorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é de 9% e é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção - Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido - Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 11% definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.
Imposto de renda e contribuição social	14 e 20	O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as premissas: base de cálculo de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita de operação e manutenção, 32% sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato e/ou financeiro e alíquota de 15% e adicional de 10% (IRPJ) e alíquota de 9% (CSLL). A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos - O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e são mensurados pelas alíquotas vigentes na data de apresentação dessas demonstrações financeiras. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Norma	Adoção	Vigência
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às CPC 48/IFRS9 e CPC 40/IFRS 7)	Não houve adoção antecipada e não se espera que esta alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.	01/01/2026
Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7)		
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras (substituirá o CPC 26/IAS 1)	Não houve adoção antecipada; entretanto, a Companhia espera impactos relevantes na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação da IFRS 18. A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos desse pronunciamento sobre suas demonstrações financeiras.	01/01/2027

8 Títulos e valores mobiliários: i. Circulante - A Companhia aplica seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi de 99% do DI com vencimento entre novembro de 2026 e dezembro de 2026. **ii. Não circulante** - Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, em uma conta denominada "Conta Reserva" (caixa restrito), valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. Em 31 de dezembro de 2025, a totalidade dos recursos estão aplicados em renda fixa via cotas de fundos de investimento em títulos públicos referenciado DI no Banco Santander. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,1% (10,6% no exercício findo em 2024). As aplicações referentes às garantias do contrato de financiamento estão em conformidade com as exigências contratuais. Para maiores detalhes, veja a nota explicativa 11.

	2025	2024
9 Concessionárias e permissões		
A vencer	2.037	1.969
Até 3 meses	5	135
De 3 a 6 meses	26	-
De 6 a 12 meses	48	46
Acima de 12 meses	253	109
Provisão para perda de crédito esperadas (PCE)	(232)	(109)
	2.137	2.150

A movimentação da PCE está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023		
Adições	(109)	-
	(123)	(109)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024		
	(232)	(109)
10 Ativo de contrato		
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	134.720	131.447
Receita de construção (a)	274	1.911
Remuneração do ativo de contrato	13.349	13.231
Recebimentos	(12.415)	(11.869)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	135.928	134.720

(a) Refere-se à construção do reforço conforme nota explicativa 1.4. Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	13.105	12.415
Não circulante	122.823	122.305
	135.928	134.720
11 Financiamento		
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	8.997	13.042
Juros	736	985
Amortização - principal	(4.186)	(4.118)
Amortização - juros	(579)	(912)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	4.968	8.997

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	4.261	4.168
Não circulante	707	829
	4.968	8.997

i. Estrutura da dívida - (a) Financiamento - A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES. O Contrato foi assinado no dia 8 de outubro de 2012 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1, sendo dividido em 3 (três subcréditos) conforme tabela a seguir:

	Subcrédito A	Subcrédito B	Subcrédito C
Valor captado	42.400	10.200	481
Vencimento da 1ª parcela	15 de março de 2013	15 de março de 2013	15 de março de 2014
Vencimento da última parcela	15 de fevereiro de 2027		
Finalidade	Obras civis e demais itens	Máquinas e equipamentos	Investimentos sociais
Encargos	TJLP + 2,42%	TJLP + 2,02%	TJLP
Forma de pagamento	Principal e juros mensais		

ii. Estratégia para a contratação da dívida - Na avaliação prévia à contratação da dívida, a Companhia considerou o impacto na sua estrutura de capital, além de fatores como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação. Tendo em vista que a receita da Companhia é corrigida anualmente pelo IPCA, dívidas com mesma indexação permitem o alinhamento entre receitas e despesas financeiras. **iii. Fluxos dos pagamentos futuros** - O fluxo estimado de pagamentos futuros inclui somente o principal, capitalizado quando aplicável, tendo em vista que os pagamentos de juros ocorrem mensalmente (financiamento). Esse fluxo é calculado com base na posição final da dívida em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações de principal dos financiamentos serão efetuadas nas datas contratadas. O montante inclui valores de encargos incorridos, já reconhecidos nestas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025 o vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2025	2024
Em 2027	707	707

iv. Cláusulas restritivas - O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas estão descritas a seguir:

- (a) não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária;
- (b) não realizar, sem a prévia autorização do BNDES, (i) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES; (ii) concessão de preferência a outros créditos e (iii) distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido, salvo se verificado, cumulativamente, (1) o atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos); (2) que não afete a capacidade da companhia para cumprir suas obrigações financeiras e operacionais e (3) a companhia estar adimplente com todas as obrigações do contrato de financiamento e dos contratos de garantia.
- (c) cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão.
- (d) apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

	2025	2024
Divida bruta		
Financiamento	4.968	8.997
Caixa e equivalentes de caixa e TVM		
Conta corrente	503	506
CDB	1.617	2.506
Fundo de Investimento	1.282	1.603
Divida líquida	1.566	4.382
12 Imposto de renda e contribuição social a recolher	2025	2024
Imposto de renda	4.840	3.971
Contribuição social	1.408	1.185
	6.248	5.156
13 PIS e COFINS diferidos : Os saldos de PIS e COFINS registrados no passivo decorrem das receitas de construção e da remuneração do ativo de contrato reconhecidas pela Companhia desde o início da fase de construção até a presente data, em conformidade com o regime de competência e com os critérios de reconhecimento de receita previstos no ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, em conjunto com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Nos termos do ICPC 01, a Companhia reconhece a receita de construção à medida do progresso da execução das obras, com o correspondente reconhecimento do ativo de contrato, bem como a receita de remuneração associada à prestação contínua do serviço concedido, nos termos do contrato de concessão. Os tributos incidentes sobre tais receitas são reconhecidos simultaneamente ao reconhecimento da receita que lhes dá origem, em observância ao regime de competência. A realização dos saldos de PIS e COFINS ocorrerá de forma gradual, à medida do recebimento da RAP, conforme previsto no contrato de concessão e em alinhamento com o fluxo de realização do ativo de contrato reconhecido contabilmente. De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2015, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura. Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a administração entende que a obrigação é exigível, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável. Por fim, a Companhia acompanhará de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis. A movimentação do PIS e da COFINS diferidos está demonstrada a seguir.		
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	4.917	4.798
Despesa do ano corrente	44	119
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	4.961	4.917
O montante do PIS e da COFINS está demonstrado abaixo:		
PIS	885	877
COFINS	4.076	4.040
	4.961	4.917
Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:		
Circulante	478	453
Não circulante	4.483	4.464
	4.961	4.917
14 Imposto de renda e contribuição social diferidos	2025	2024
Imposto de renda	11.808	11.712
Contribuição social	4.251	4.216
	16.059	15.928
Os valores apresentados são apurados sobre o ativo de contrato.		
15 Contingências : A Companhia constitui provisões relacionadas a processos judiciais em valores suficientes para garantir eventuais perdas consideradas prováveis. A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Os processos avaliados como de risco possível são divulgados em notas explicativas. A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é suportada pelo julgamento e pela experiência da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui processos com chances prováveis de perda. As avaliações de risco e os valores estimados podem divergir dos que vierem a ser incorridos pela Companhia.		
Provisões	2025	2024
	-	658
	-	626
	-	658
	-	626

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento.

v. Composição do endividamento e da dívida líquida

	2025	2024
Divida bruta		
Financiamento	4.968	8.997
Caixa e equivalentes de caixa e TVM		
Conta corrente	503	506
CDB	1.617	2.506
Fundo de Investimento	1.282	1.603
Divida líquida	1.566	4.382
12 Imposto de renda e contribuição social a recolher	2025	2024
Imposto de renda	4.840	3.971
Contribuição social	1.408	1.185
	6.248	5.156

16 Patrimônio líquido: (a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 33.000, dividido em 33.000.000 (trinta e três milhões) ações ordinárias e nominativas, de valor nominal de R\$1,00 cada. **(b) Reserva de lucros** - **i. Reserva legal** - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do

exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. A destinação da reserva legal está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Reserva legal	589	471
ii. Reserva de retenção de lucros - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. (c) Dividendos mínimos obrigatórios - O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. A destinação do dividendo mínimo obrigatório está demonstrada a seguir.		
	5.600	4.474

(d) Dividendo adicional proposto - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Asssembleia Geral Ordinária	25 de abril de 2024	5.305	Destinação ao pagamento de dividendos
Asssembleia Geral Ordinária	30 de abril de 2025	4.474	

A destinação do dividendo adicional está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Dividendo adicional proposto	5.600	4.474
17 Receita operacional líquida	2025	2024
Remuneração do ativo	13.349	13.231
Ganho na RAP	3.060	2.980
Receita de operação e manutenção	6.165	5.896
Receita de construção	(ii) 274	1.911
Outras receitas	-	5
Parcela variável (indisponibilidade)	(17)	(42)
Receita bruta	22.831	23.980
PIS e COFINS correntes	(739)	(755)
PIS e COFINS diferidos	(44)	(119)
Encargos setoriais	(iii) (623)	(782)
Deduções da receita	(1.406)	(1,656)
	21,425	22,325

(i) Refere-se a diferença entre a RAP projetada para fins de fluxo do ativo de contrato e a RAP realizada. (ii) Refere-se à construção do reforço conforme nota explicativa 1.4. (iii) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Reserva global de reversão (RGR)	(461)	(512)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(195)	(191)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	33	(79)
	(623)	(782)

18 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas: (a) Custo de construção - Refere-se à construção do reforço conforme nota explicativa 1.4.

	2025	2024
Serviços	(147)	(299)
Máquinas, equipamentos e materiais	(209)	(1.358)
	(356)	(1.657)

	2025	2024
(b) Custos operacionais		
Manutenção das linhas e das subestações (i)	(2.348)	(3.950)
Pessoal	(1.293)	(1.242)
Manutenção de faixa	(888)	(684)
Vigilância e segurança	(300)	(283)
Serviço de operação e manutenção (ii)	(193)	(184)
Compartilhamento da instalação	(152)	(157)
Assessorias e consultorias	(3)	(129)
Material	(102)	(100)
Diversos	(930)	(1.231)
	(6,209)	(7,960)

(i) Refere-se a prestação de serviços e reparo de infraestrutura. (ii) Refere-se à prestação de serviços para operação e gerenciamento das manutenções das instalações de transmissão realizadas pela Celeo conforme nota explicativa 21.

(c) Despesas operacionais

	2025	2024
Prestação de serviços administrativos (i)	(165)	(165)
Consultorias	(341)	(145)
Diversos	(673)	(170)
	(673)	(480)

(i) Refere-se a prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo (conforme nota explicativa 21).

19 Resultado financeiro

	2025	2024
Rendimento de aplicação financeira	708	569
Outras receitas	2	1
Receitas financeiras	710	570
Juros - financiamento	(736)	(985)
Outras despesas	(86)	(149)
Despesas financeiras	(822)	(1,134)
	(112)	(564)

20 Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
IRPJ		
Remuneração do ativo	16.273	16.273
Percentual de presunção	32%	32%
Base de cálculo da receita	5.208	5.208
Receita de O&M	6.165	5.896
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo da receita de O&M	493	740
Receitas financeiras	710	570
Alíquota vigente	25%	9%
Imposto corrente	(1,412)	(520)
Diferenças temporárias	(97)	(35)
Imposto diferido	(97)	(35)

Continuação...



ENCRUZO NOVO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 12.285.462/0001-81

de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez** - O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros** - A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

Aplicação financeira
Financiamento

Risco	Cenários		
	(i)	(ii)	(iii)
Redução do CDI	(435)	(326)	(217)
Aumento da TJLP	373	466	559

*Fonte: O CDI para o cenário provável (15%) foi considerado conforme relatório Focus de 2 de janeiro de 2026. A TJLP para o cenário provável (7,5%) foi considerada conforme relatórios de mercado de dezembro de 2025. **(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros** - A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

Hierarquia do valor justo	2025		2024	
	Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa	503	-	506	-
Títulos e valores mobiliários	-	2.899	-	4.109
Concessionárias e permissionárias	2.137	-	2.150	-
Ativos Financeiros	2.640	2.899	2.656	4.109
Fornecedores	615	-	669	-
Financiamento	4.968	-	8.997	-
Passivos Financeiros	5.583	-	9.666	-

(d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo) - A

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros reconhecidos nestas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos. **23 Cobertura de seguros:** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2025 a 30.06.2026	23.725
Responsabilidade civil	30.06.2025 a 30.06.2026	20.000
D&O - Directors & Officers	16.04.2025 a 16.04.2026	50.000

José Maurício Scovino de Souza Diretor Técnico

Marcus Hansen Balata Diretor Financeiro

Bruno M. S. M. Melo

Contador CRC-RJ 111193/O-8

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2026

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa

Contadora CRC RJ-100983/O-7

